

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS, PSICOLOGIA SOCIAL E PÓS-COLONIALISMO: APROXIMAÇÕES E DESAFIOS

Andréa Moreira Lima
Centro Universitário UNA

Resumo

O artigo apresenta o campo das epistemologias feministas, discutindo as principais críticas feministas ao modelo de ciência tradicional. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa realizada a partir do levantamento e análise de textos clássicos e contemporâneos sobre a temática. Inicialmente, são discutidos os impactos da parcialidade de gênero na construção e consolidação de hipóteses e teorias científicas. Em seguida, são apresentadas contribuições advindas da psicologia social crítica feminista e das perspectivas pós-colonialistas na interpretação da produção do conhecimento científico, destacando iniciativas políticas e acadêmicas para a ampliação da participação e da representatividade das mulheres na ciência, com foco no contexto latino-americano. Apesar dos desafios ainda existentes para a superação da desproporcionalidade de gênero na ciência, as perspectivas feministas têm favorecido o alargamento gradativo da representatividade das mulheres na produção científica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero em todas as suas amplitudes.

Palavras-chave: epistemologias feministas; gênero; feminismos; psicologia social; pós-colonialismo.

Feminist Epistemologies, Social Psychology and Postcolonialism: Approaches and Challenges

Abstract

The text presents the field of feminist epistemologies, discussing the main feminist critiques of traditional science model. It is a narrative bibliographical review based on the collection and analysis of classical and contemporary texts on the subject. / It is a narrative review based on the collection and analysis of classical and contemporary texts on the subject. Initially, the impacts of gender bias in the construction and consolidation of scientific hypotheses and theories are discussed. Next, the contributions of critical feminist social psychology and post-colonial studies in the interpretation of scientific knowledge are analysed, presenting political and academic initiatives to broaden the participation and representation of women in science, focusing on Latin American context. Despite the challenges still remaining in overcoming gender disproportionality in science, feminist perspectives have favoured a gradual expansion of women representation in scientific production, contributing to tackling gender inequality in all its dimensions.

Keywords: feminist epistemologies; gender; feminisms; social psychology; postcolonialism.

Epistemologías Feministas, Psicología Social y Poscolonialismo: Enfoques y Desafíos

Resumen

El texto presenta el campo de las epistemologías feministas, discutiendo las principales críticas feministas al modelo de la ciencia tradicional. Se trata de una revisión de literatura realizada a partir de la recopilación y análisis de textos clásicos y contemporáneos sobre la temática. Inicialmente, son discutidos los impactos de la parcialidad de género en la construcción y consolidación de hipótesis y teorías científicas. A continuación, se realizan los análisis de las contribuciones de la psicología social feminista y de la teoría poscolonial en la interpretación de la producción del conocimiento científico, presentando iniciativas políticas y académicas para la ampliación de la participación y de la representatividad de las mujeres en la ciencia, mirando en contexto latinoamericano. Pese a los desafíos que aún existen para la superación de la desigualdad de género en la ciencia, las perspectivas feministas han favorecido el agrandamiento gradual de la representatividad de las mujeres en la producción científica, contribuyendo de esta manera para el enfrentamiento de las desigualdades de género en todas sus amplitudes.

Palabras clave: epistemologías feministas; género; feminismos; psicología social; poscolonialismo.

Introdução

A epistemologia pode ser definida como o estudo do conhecimento. Em uma acepção mais restrita e contemporânea, o termo designa o estudo dos princípios e das características da ciência (Steup, 2018). Dessa forma, a expressão “epistemologia feminista” se refere a uma perspectiva que analisa a ciência a partir de marcadores sociais, com foco na influência das questões de gênero na produção científica.

A filosofia da ciência, ao longo da primeira metade do século XX, esteve dominada por escolas que tentaram compreender a ciência estritamente a partir dos seus aspectos metodológicos. Os positivistas lógicos, por exemplo, interessados na demarcação entre ciência e não ciência (metafísica), compreenderam as teorias científicas como conjuntos de enunciados que podem ser verificados ou confirmados pela observação empírica (Ayer, 1975).

Crítico aos positivistas, Karl Popper defendeu que o caráter científico de uma teoria repousa não na possibilidade de verificação de seus enunciados, mas na sua possibilidade de produzir hipóteses que podem ser testadas e que, portanto, sejam passíveis de refutação, caso incorretas (Popper, 2013). Embora se tratem de projetos epistemológicos distintos, esses dois modelos compreenderam a ciência a partir de uma *perspectiva internalista*: isto é, ambos postulavam que o conhecimento científico é alcançado a partir da aplicação de um método de características supostamente únicas e universais.

Em contraponto, Thomas Kuhn compreendeu a ciência a partir de uma *perspectiva externalista*, analisando as condições históricas da produção científica (Oliva, 2003). Kuhn (1997) identificou que não existe um método científico único que, ao ser aplicado, garantiria a concessão do rótulo de ciência ao conhecimento produzido. Em suas pesquisas sobre as Revoluções Científicas ocorridas ao longo da história de diversas disciplinas, Kuhn destacou que a adesão a uma nova teoria não depende, somente, do fato da teoria ter sido formulada ou confirmada a partir da aplicação de um determinado conjunto de regras científicas. A adoção de uma teoria depende, também, dos valores que permeiam e orientam uma dada comunidade científica, os

quais nem sempre podem ser interpretados como universais ou empiricamente justificáveis.

Em certa medida, as formulações de Kuhn abriram caminho para o desenvolvimento das epistemologias feministas. As análises por ele realizadas mostraram que existem fatores históricos e sociais, internos à própria ciência, que devem ser considerados nas análises epistemológicas da ciência. As epistemólogas feministas, por sua vez, expandiram essa análise, apresentando argumentos sobre a existência de fatores históricos e sociais que, externos à própria ciência, influenciam a produção do saber (Longino, 2003; Bandeira, 2008).

Sendo assim, uma análise crítica da produção científica necessita de uma abertura para a problematização das influências de marcadores sociais na ciência. A partir dessa perspectiva, o presente artigo analisa o campo das epistemologias feministas, destacando as principais críticas feministas à ciência para, então, articular o campo das epistemologias feministas às contribuições da psicologia social crítica feminista e das teorias pós-colonialistas na análise da produção do conhecimento científico.

Método

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada a partir do levantamento e análise de textos científicos clássicos e contemporâneos sobre as epistemologias feministas, a psicologia social crítica feministas e as teorias pós-coloniais.

A revisão de literatura narrativa é um tipo de revisão ampla apropriada para apresentar o “estado da arte” de um determinado assunto (Brum et al., 2015), realizada a partir da análise de livros, artigos científicos e demais documentos. A revisão narrativa é também conhecida como “revisão crítica” (Noronha & Ferreira, 2000), pelo fato de depender do julgamento de valor do autor sobre a relevância dos trabalhos selecionados para a análise (Rother, 2007); sendo assim, por seu caráter qualitativo, não tem objetivo de permitir a reprodução sistemática dos seus resultados.

No processo de seleção das fontes de pesquisa, foram identificados trabalhos clássicos e contemporâneos que permitissem responder às seguintes perguntas:

1) Quais são as críticas das epistemologias feministas às epistemologias ditas tradicionais? 2) Qual é a importância do debate acerca das epistemologias feministas para o campo da psicologia social crítica feminista? 3) Como as teorias pós-coloniais podem contribuir para situar o debate acerca das epistemologias feministas no contexto latino-americano?

Os resultados das análises dos textos foram sistematizados em sessões específicas, considerando as perguntas que nortearam a busca e identificação dos artigos. Nos resultados da pesquisa, são apresentadas críticas feministas à concepção tradicional de ciência, apresentando e discutindo exemplos clássicos da crítica feminista à ciência. Em seguida, na discussão, são levantadas algumas das consequências da desproporção de homens e mulheres na ciência, algo que repercute na inferiorização da figura das mulheres nestes espaços. Posteriormente, discute-se as aproximações entre a psicologia social crítica feminista e as epistemologias feministas, situando o debate no contexto latino-americano a partir das teorias feministas pós-coloniais.

Resultados

Uma crítica feminista à interpretação tradicional da ciência

Em geral, as epistemólogas feministas concordam que o conteúdo das hipóteses científicas pode ser influenciado pela proporção de homens e mulheres na ciência. Ou seja, essas teóricas entendem que a existência de mais pesquisadores homens do que pesquisadoras mulheres altera a escolha dos problemas que são considerados como cientificamente relevantes e, também, a descrição e a explicação desses fenômenos. Essa posição contraria a concepção clássica segundo a qual os atributos pessoais do(a) pesquisador(a) não influenciam a produção ou os resultados da pesquisa (French, 2007).

A argumentação de que a proporção de homens e mulheres afeta o conteúdo das hipóteses científicas pode ser exemplificada por dois casos clássicos, oriundos de disciplinas científicas distintas. O primeiro, extraído da paleoantropologia, um campo de saber científico que articula as disciplinas da paleontologia e

da antropologia no estudo de fósseis de homínídeos, visando a reconstrução da história do desenvolvimento da espécie humana (Zihlman, 1981).

No seu início, os estudos produzidos por essa disciplina destacavam que o bipedalismo – a postura ereta dos seres humanos, única entre os homínídeos atuais –, o desenvolvimento da linguagem e o uso de instrumentos de pedra teriam sido desenvolvidos a partir das exigências da caça, entendida como uma prática de responsabilidade dos homens. Desse modo, as teorias sugeriam a importância e predominância do papel social dos primeiros homínídeos homens no desenvolvimento das características marcantes da espécie humana, há mais de três milhões de anos (Zihlman, 1981).

Com a entrada de mulheres nessa ciência, surgiram teorias alternativas, como a teoria da mulher coletora. As novas pesquisadoras desse campo argumentaram que a prática da colheita exigiu a ampliação da cooperação social e, com isso, o desenvolvimento da linguagem, a criação e o uso de ferramentas de pedra, gerando maior necessidade de utilização das mãos, algo que teria propiciado o desenvolvimento do bipedalismo (French, 2007).

Dessa maneira, as práticas sociais das primeiras homínídeas mulheres teriam sido mais importantes para o desenvolvimento das características marcantes da espécie humana: pois, enquanto o sucesso na caça exigiria o silêncio e o isolamento, a técnica da colheita exigia a interação e a comunicação. Ou seja, a inserção de mulheres na paleoantropologia culminou na produção de novas hipóteses acerca da história da espécie humana. Segundo argumentam as epistemólogas feministas, essas novas hipóteses não surgiram aleatoriamente, mas eram o resultado direto do aumento do número de mulheres na comunidade científica, demonstrando como a desproporção entre homens e mulheres na ciência pode culminar no desenvolvimento de hipóteses científicas divergentes e parciais (Longino, 1990).

A apresentação supracitada não objetiva chegar a uma conclusão sobre qual dessas teorias – a do *homem caçador* ou a da *mulher coletora* – é a correta. O exemplo e a discussão mostram que há uma correlação entre a proporção de mulheres e homens na ciência e o que se produz de hipóteses e interpretações científicas a partir dessa (des)proporcionalidade. Ou seja, o

exemplo sinaliza que a disparidade de gênero na ciência pode resultar no surgimento e na consolidação de vieses. Nessa direção, Longino (1990) afirma que a proporcionalidade entre homens e mulheres serviria à produção de uma ciência mais objetiva e, ao mesmo tempo, mais comprometida com a eliminação de vieses interpretativos.

O segundo exemplo de desproporcionalidade de gênero na ciência diz respeito ao desenvolvimento da primatologia, disciplina que estuda a ordem dos primatas, tais como gorilas, orangotangos e chipanzés. Entre as décadas de 1930 e 1950, os primatologistas identificaram uma grande diferença entre o comportamento sexual de machos gorilas e de fêmeas gorilas, apontando o domínio dos machos e a subserviência das fêmeas. Os estudos, desenvolvidos por cientistas homens, destacavam que os machos primatas apresentavam maior variedade no comportamento sexual, mantendo relações sexuais com muitas fêmeas, ao passo que estas, submissas, apresentavam pouca variabilidade de parceiros sexuais e eram seduzidas, justamente, pelo comportamento agressivo e dominador dos machos (French, 2007).

A partir da década de 1970, com o aumento do número de mulheres na primatologia, as hipóteses se modificaram substancialmente. Novas observações passaram a sugerir que o comportamento sexual das fêmeas primatas não era tão homogêneo quanto havia sido descrito. Quer dizer, as cientistas descreveram que os comportamentos das fêmeas primatas também apresentavam variabilidade, embora fossem variações mais sutis, por exemplo, na construção de estratégias para determinar o macho dominante do grupo, o que mostrava que as fêmeas eram tão ativas quanto os machos na definição de um grupo. Contudo, os pesquisadores homens, imersos em uma visão social distorcida acerca dos papéis de gênero, não perceberam adequadamente esse fenômeno (Haraway, 1989). Como se nota, as mudanças de hipóteses postuladas na primatologia também estavam relacionadas ao aumento do número de mulheres na comunidade científica.

Posteriormente, outras pesquisadoras feministas apresentaram e discutiram novas influências da desproporcionalidade de gênero na ciência. Em síntese, elas questionaram o lugar de invisibilidade social da mulher na ciência, conforme será discutido a seguir.

Discussão

Consequências recentes da parcialidade de gênero na ciência

Grande parte das pesquisadoras epistemólogas argumentaram que o conhecimento não pode ser dissociado do tempo e lugar de sua produção (Harding, 1987, 1993; Haraway, 1988; Keller, 1984; Longino, 1999). Dessa forma, argumentavam que as hierarquias de gênero – representada na dominação masculina e na subalternidade feminina – têm influências diretas na forma como a ciência é construída e organizada. Os estudos dessas pesquisadoras apontavam, por exemplo, a existência de um silenciamento das vozes femininas e uma ausência e/ou invisibilidade das mulheres nas pesquisas, algo que permitiu questionar os princípios tradicionais da ciência: a objetividade e a universalidade.

Conforme destacam essas autoras, há diferenças históricas entre o papel social da mulher e do homem na ciência, e os estudos de gênero mostram como essas diferenças conduzem ao desenvolvimento de pesquisas que desconsideram o gênero feminino. Tal parcialidade de gênero pode ser exemplificada: 1) pela a diferença da proporção de homens e mulheres na ciência; 2) pelos problemas que são priorizados pela comunidade científica; e 3) pela condução da investigação científica (Keller, 1984). A seguir, serão discutidos alguns exemplos atuais que destacam essas três formas de parcialidade de gênero na ciência.

No campo da área da saúde sexual e reprodutiva, por exemplo, as pesquisas sobre medicamentos para contracepção têm contribuído para que o planejamento familiar seja considerado como responsabilidade exclusiva da mulher. Dos diversos métodos contraceptivos existentes, apenas três são destinados ao uso masculino: o preservativo, a vasectomia e coito interrompido. Enquanto a pílula anticoncepcional feminina é comercializada desde o início dos anos 1960, uma pílula contraceptiva masculina foi desenvolvida apenas a partir de 2006 e, mesmo assim, ainda não se encontra disponível no mercado. Ou seja, quando as pesquisas na área da sexualidade e reprodução se referem à responsabilização, as pesquisas têm como foco o público feminino; entretanto, quando as pesquisas se referem

a questões relativas ao desejo ou ao prazer sexual, elas têm o público masculino como foco prioritário – afinal, desde 1998 são comercializados medicamentos para o tratamento de disfunções sexuais masculinas, ao passo que apenas em 2015 foi desenvolvido um medicamento similar para mulheres, cuja comercialização ainda não foi aprovada.

Um exemplo adicional é o fato de que grande parte das pesquisas médicas e farmacêuticas, principalmente aquelas realizadas em laboratório, possuem o sexo masculino como único padrão para seus estudos. Até a década de 1990, as mulheres eram desconsideradas em 80% dos testes de medicamentos para hipertensão, embora elas fossem igualmente acometidas por este problema. Por isso, as pesquisadoras feministas denunciaram que os resultados dos testes não poderiam ser generalizados para as pacientes femininas, o que resultou no questionamento da validade de muitos estudos sobre medicamentos cardiovasculares, inclusive, pelas próprias agências de saúde (French, 2007).

Na área da Psicologia, essa parcialidade de gênero pode ser constatada nos experimentos realizados com animais: geralmente, utilizam-se animais machos nas pesquisas. O argumento para essa escolha é a existência de uma maior variação hormonal nas fêmeas, durante o ciclo menstrual, o que resultaria em comportamentos mais instáveis. Ou seja, a experimentação com animais machos é uma escolha pautada pela simplificação do objeto de estudo (Shansky, 2019). Nessa lógica, o macho se torna a norma e a fêmea um desvio da norma. Porém, se os organismos das fêmeas são mais complexos, devido a uma maior variação hormonal, por que não estudar o organismo das fêmeas e, depois, extrapolar os resultados para organismos ditos mais estáveis, nesse caso, os machos? Estabelecer como foco um organismo mais “estável” pode, na verdade, prejudicar o entendimento científico acerca da amplitude e da complexidade do objeto de estudo da Psicologia, a subjetividade.

Os casos mencionados demonstram que, muitas vezes, normas que são preconizadas como exemplos de rigor e objetividade revelam, na verdade, as preferências de uma tradição. Nesse caso, uma tradição que desconsidera o gênero feminino e reproduz uma hierarquização entre homens e mulheres na ciência.

Mulher e ciência: contribuições de uma psicologia social crítica feminista

As mulheres continuam sub-representadas na ciência, representando apenas 28% do total de cientistas do mundo, com pequenas variações a depender do país observado (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2017, p. 10). Além disso, apenas um em cada cinco países alcançou a paridade de gênero no âmbito científico. Na maioria dos países, as mulheres estão concentradas nas ciências humanas e sociais, principalmente nas áreas relativas ao cuidado, como psicologia, pedagogia e enfermagem, permanecendo sub-representadas nas ciências exatas, em carreiras de engenharia e tecnologia.

Pesquisas atuais têm corroborado o fato de que o viés de gênero impossibilita as mulheres a alcançarem uma posição melhor nas universidades. Moss-Racusin et. al. (2012) realizaram um estudo com 127 professores(as) de Biologia, Química e Física recrutados em seis universidades pertencentes a três diferentes regiões geográficas dos Estados Unidos, todas classificadas como grandes universidades de pesquisa. Os(as) professores(as) submetidos ao estudo foram solicitados a avaliarem candidatos(as) para um cargo de gerente de laboratório. Os(as) docentes acreditavam que estavam avaliando um(a) aluno(a) real e precisavam fornecer um *feedback* sobre as credenciais curriculares destes(as) estudantes. Contudo, o currículo apresentado para a avaliação dos(as) professores(as) era o mesmo, com exceção do gênero. Metade dos(as) professores(as) recebeu aleatoriamente o currículo com um nome masculino (John), enquanto a outra metade recebeu aleatoriamente um currículo com um nome feminino (Jennifer). Os aspectos avaliados nos currículos foram a competência do(a) estudante e a probabilidade de o(a) contratarem para o cargo; além disso, os(as) professores(as) deveriam estabelecer um salário inicial para o(a) candidato(a).

Os resultados mostraram que os(as) professores(as) consideraram as estudantes com nome feminino como menos competentes e qualificadas do que os estudantes com o nome masculino, apesar das competências curriculares serem idênticas. Os(as) professores(as) também ofereceram às estudantes do gênero feminino um salário anual médio significativamente menor do

que aquele ofertado aos candidatos com nome masculino (Moss-Racusin et. al., 2012).

Além disso, embora os professores de ambos os sexos tenham relatado gostar mais da candidata do sexo feminino, esse fator não teve influência sobre a percepção da competência da candidata, o que mostra que os(as) docentes foram influenciados(as) por estereótipos culturais sobre a falta de competência científica das mulheres¹ (Moss-Racusin et. al., 2012). Ou seja, a pesquisa mostrou que, nas universidades pesquisadas, existem tendências sutis contra estudantes do sexo feminino, o que pode contribuir para a sub-representação das mulheres na ciência, particularmente nos níveis mais elevados.

Uma pesquisa realizada pela National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine (2018) destacou que a maioria das mulheres que estudam ou lecionam nas áreas de Ciências, Engenharia e Medicina já foram submetidas a situações de assédio sexual ou trabalhista. Devido a tais violações de direitos, a UNESCO e a ONU Mulheres estabeleceram o “Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência”, no dia 11 de fevereiro, para dar visibilidade ao fato de que as mulheres sofrem diversos obstáculos ao longo de suas trajetórias educacionais na ciência, por exemplo: os estereótipos impostos pela sociedade, frequentemente reproduzidos no contexto escolar; as dificuldades para lidar com a dupla jornada de trabalho, isto é, para conciliar os estudos e/ou a atividade profissional com as responsabilidades relativas ao cuidado da casa e da família; e os preconceitos enfrentados ao escolherem determinados campos de estudo e atuação.

Ainda com relação à falta de reconhecimento e visibilidade das mulheres que atuam na ciência, é relevante ressaltar que a invisibilidade da mulher possui uma dimensão política e historiográfica. Há uma tentativa de sustentar a crença de que as mulheres sempre estiveram ausentes na ciência, mesmo com todas as evidências de suas contribuições ao longo da história (Lino & Mayorga, 2016). Por isso, conforme ressalta Rago (1998), é necessário investigar as origens das práticas

científicas opressoras que têm gerado a subalternização e a estigmatização das mulheres cientistas, propondo análises historiográficas que reconstruam a história do reconhecimento e visibilidade da mulher ao longo da história da ciência para o rompimento do mito de que as mulheres não possuem competência cognitiva como os homens.

Diversas pesquisas sobre gênero, como aquelas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (Oelz, Olney & Tomei, 2013) ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012), apontam a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho, no Brasil. Segundo o IBGE (2012), os salários das mulheres brasileiras permanecem 28% inferiores aos dos homens. Tal realidade é reproduzida, também, nas áreas profissionais relacionadas ao cuidado, por exemplo, na Psicologia.

Dados publicados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2013, e pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG), em 2015, apontam que 89% dos profissionais da psicologia, no país, são mulheres. Contudo, com relação à atuação no ensino superior, nos cursos de graduação em Psicologia, a situação se inverte. No universo pesquisado pelo CFP, 8,2% dos homens indicam ter como principal local de atuação a Universidade, enquanto apenas 4,37% das mulheres psicólogas relatam ocupar esse espaço (Yamamoto, Oliveira & Costa, 2013). Assim, embora as mulheres não estejam sub-representadas nesse universo, sendo numericamente a maioria dos profissionais universitários em Psicologia, a diferença da proporcionalidade entre homens e mulheres que atuam na área científica é menor do que a existente nos outros segmentos da Psicologia, o que corrobora a estatística de que quanto mais prestigioso o cargo, menor a participação feminina (Lima, 2020).

Além disso, as psicólogas brasileiras enfrentam problemas relacionados ao trabalho e à sua remuneração desigual e, também, com relação à desigual distribuição do cuidado com os filhos e do trabalho doméstico, não se distinguindo, portanto, “das mulheres com as quais, como profissionais da psicologia, atendem, interagem ou, de alguma forma, têm contato” (Lhullier & Roslindo, 2013, p. 49). Por isso, a importância de discutir, para além das mulheres cientistas, também sobre as mulheres psicólogas inseridas nas diversas áreas de

¹ Em um estudo similar, psicólogos se mostraram mais propensos a contratarem um candidato a emprego para uma Faculdade de Psicologia quando o currículo do(a) candidato(a) tinha um nome masculino, em vez de feminino (Steinpreis, Anders, & Ritzke, 1999).

atuação da Psicologia, em suas interseccionalidades de raça/etnia, orientação sexual e demais marcadores sociais de desigualdades, visando a estruturação de políticas de valorização do trabalho feminino, em toda a sua diversidade.

Na atualidade, os encontros entre as epistemologias feministas e a Psicologia social tem cada vez mais contribuído para construção de uma perspectiva crítica sobre a ciência psicológica (Lima et al., 2019). No Brasil, tais mudanças podem ser localizadas desde a crise da Psicologia Social na década de 1970, influenciadas, também, pelas mudanças de paradigma científico no âmbito internacional. Conforme Borges (2014), a Psicologia Social Crítica foi construída a partir da insatisfação com a ciência tradicional, por meio de teorias e metodologias críticas que permitiram pensar a psicologia de forma reflexiva, sobre a produção de seus conhecimentos e impactos na sociedade, buscando, assim, uma ciência comprometida com a mudança social em prol da equidade de gênero, sexualidade, raça, classe e demais marcadores sociais que atravessam os modos de subjetivação.

Assim, a partir do momento em que as psicólogas sociais, juntamente com as epistemólogas feministas, colocaram como pauta prioritária a desconstrução do viés androcêntrico e da lógica patriarcal ainda vigente na psicologia tradicional, seja pela ausência e/ou invisibilidade das mulheres psicólogas nos espaços de poder, seja pela forma periférica de tratamento das teorias feministas na área, começou-se a abrir caminho para uma Psicologia Social Crítica feminista (Nogueira & Neves, 2004).

Contribuições do feminismo pós-colonial para a produção do conhecimento científico

As epistemologias feministas têm se desenvolvido, também, a partir da aproximação e articulação com o pensamento pós-colonial. Ou seja, para além das problematizações acerca da epistemologia tradicional, essas perspectivas têm questionado as epistemologias dominantes produzidas no hemisfério Norte global.

Os termos “pensamento descolonial”, “pensamento decolonial” e “pensamento pós-colonial” têm sido utilizados ora como sinônimos, ora demarcando especificidades analíticas. Para Ballestrin (2013),

o pensamento descolonial é um movimento de rompimento com o colonialismo, isto é, uma ruptura para com as normas e valores herdados do processo de colonização de nações e povos. O “pensamento decolonial”, em contraponto, ressalta uma permanência, mesmo que sutil, de aspectos colonizadores nas relações humanas e instituições sociais, os quais necessitam serem destacados, problematizados e superados².

Ao pensar a partir das margens, o trabalho dos pesquisadores na tradução cultural, ou transcultural, atravessam fronteiras, ao estabelecer uma crítica em relação à imposição de hierarquias, presumidamente universais e essencializantes, que excluem determinados grupos sociais, estigmatizados e marcados simbolicamente e socialmente como inferiores. Desde o século XVI, os colonizadores impuseram essa maneira de pensar, utilizando o poder religioso e militar, assim como outras formas de exploração que perduram na contemporaneidade, símbolo da dominação do Ocidente sobre o resto do mundo (Jardim & Cavas, 2017, p. 89).

No presente estudo, o termo “pensamento pós-colonial” é utilizado para demarcar as influências das perspectivas de pensamento que defendem o rompimento para com as práticas e os saberes colonizadores, independentemente das especificidades destas perspectivas. Por isso, mais do que diferenciar tais conceitos, importa compreender como o pensamento pós-colonial contribui para o desenvolvimento das chamadas Epistemologias do Sul (Fanon, 2010; M. Santos, 2006; B. Santos, Menezes & Nunes, 2005; B. Santos, 2009; Quijano, 2009; Nunes, 2009; Spivak, 2010) e, conseqüentemente, para os avanços das epistemologias

² O debate sobre o pensamento decolonial teve origem a partir de estudos que davam maior destaque para as experiências e saberes produzidos na América Latina, ainda tão inferiorizados frente ao eurocentrismo e às influências do pensamento pós-estrutural e pós-moderno. Tais estudos foram impulsionados por intelectuais latino-americanos que se articularam em torno de pesquisas que problematizavam a permanência de aspectos do pensamento colonial em diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (Ballestrin, 2013).

feministas pós-coloniais (Anzaldúa, 2004; Ballestrin, 2013, 2017; Curiel, 2009; Segato, 2012; Walsh, 2009).

De forma geral, o pensamento pós-colonial é um processo de luta contínua pela produção de construções alternativas de saber. Trata-se de uma escolha teórico-política de rompimento com os conteúdos epistemológicos que contribuem para construção de instituições e relações sociais de opressões, por meio de marcadores sociais ou pelas configurações geopolíticas ainda tão desiguais. Nesse sentido, Walsh (2009) destaca a importância de sustentar um posicionamento contínuo de transgressão dos saberes hegemônicos ultrapassados e da insurgência de novos saberes que ampliem a representatividade das diversas vozes que têm produzido saberes. Contudo, Ballestrin (2013) adverte que o pensamento pós-colonial não deve ser interpretado como uma recusa ao saber produzido no Norte global, mas como a sua ampliação:

O processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo Norte Global e associado com aquilo que seria genuinamente criado no Sul [...]. Ele pode ser lido como contraponto e resposta à tendência histórica da divisão de trabalho no âmbito das ciências sociais (Alatas, 2003), na qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica [...]. Essa busca tem informado um conjunto de elaborações denominadas Teorias e Epistemologias do Sul (Ballestrin, 2013, p. 108-9).

Resende (2014) esclarece que o pensamento pós-colonial é um processo de superação histórica do colonialismo, uma continuidade das lutas anticoloniais que resultaram na independência política das antigas colônias. Esse pensamento supõe uma subversão do padrão de poder colonial, em uma tarefa de desconstrução e reconstrução de outras formas de poder e conhecimento. Portanto, o que está em questão não é a desvalorização do conhecimento já produzido, mas a tentativa e o cuidado de dar visibilidade às contribuições teóricas e práticas produzidas nas periferias do mundo acadêmico, sobretudo pelas mulheres – ampliando, com isso, a representatividade nas ciências e profissões.

Walsh (2009) problematiza a postura moderna de colonialidade que insiste em manter o conhecimento científico hegemonicamente masculino, branco, europeu ou norte-americano como os únicos saberes legítimos e capazes de produzir verdades sobre a vida humana. A autora ressalta que essa lógica esteve presente no processo dominante da globalização por meio da ilusão da construção de um mundo homogêneo em direção ao progresso. Por isso, compreender os feminismos pós-coloniais, ainda tão pouco visibilizados no Brasil, significa dar reconhecimento à produção de teorias e de práticas de mulheres periféricas do mundo.

Lugones (2014) afirma que descolonizar o gênero significa compreender a opressão de mulheres subalternizadas pelo atravessamento dos marcadores sociais de colonização, racialização, exploração capitalista e heterossexualismo. Dessa forma, à medida que são desconstruídas as lógicas de opressões, também são desconstruídos os modos de subjetivação e de intersubjetividades que agenciam as mulheres colonizadas. Contudo, algumas autoras questionam até que ponto a produção acadêmica feminista tem conseguido, de fato, produzir ontologias pós-coloniais apropriadas às diferentes vozes acadêmicas, tornando as mulheres sujeito e não apenas objeto da fala. Ou seja, em que medida os saberes produzidos pelas mulheres têm conseguido descolonizar o próprio feminismo, ampliando a luta em prol da pluralidade das mulheres?

Segundo essas teóricas, os avanços dos movimentos feministas devem ser uma estratégia permanente para o efetivo enfrentamento das relações de poder-saber que deslegitimam determinadas experiências – sobretudo as experiências das mulheres periféricas, isto é, aquelas perpassadas por diversos marcadores de opressão social (Anzaldúa, 2005; Curiel, 2007, 2009; Mayorga, Coura, Miralles, & Cunha, 2013; Wittig, 2006).

A partir das contribuições do pensamento pós-colonial é possível pensar nas estratégias feministas para a construção de saberes que tenham como ponto de partida não apenas o rompimento com a parcialidade de gênero, mas também o rompimento com a parcialidade de raça/etnia, classe, orientação sexual, territorialidade, entre outros³. De acordo com Matos

³ O feminismo descolonial ou, ainda, feminismos do sul, tem sido defendido por acadêmicas feministas aliadas aos

(2010), a proposta de construção de uma teoria política feminista a partir do Sul global está baseada no reconhecimento de uma “quarta onda” dos movimentos e estudos feministas na América Latina, em um movimento de reconhecimento de um “feminismo difuso” que engloba de forma horizontal diversos feminismos, como o negro, o acadêmico, o lésbico, o masculino etc.

Algumas atividades de visibilidade da mulher na ciência brasileira têm sido realizadas, em diversas universidades do Brasil, protagonizadas por estudantes e pesquisadoras. Tais ações podem ser analisadas a partir das pesquisas realizadas por Bandeira (2008) e Rago (1998), as quais apontam atividades semelhantes como estratégias para ampliar as possibilidades do fazer científico, sempre articulado aos processos socioculturais existentes – no caso, processos ainda permeados política e simbolicamente pela presença masculina.

As estratégias de efetivação de uma epistemologia feminista pós-colonial não se referem apenas ao âmbito universitário. Bolzani (2017) destaca a relevância da construção de projetos governamentais que incentivem as crianças e as adolescentes a se inserirem no mundo científico. Nesse sentido, entende-se que a escola tem um papel fundamental para a desconstrução de uma cultura que educa as meninas reproduzindo valores relativos à passividade e ao cuidado como inerentes ao gênero feminino, enquanto os meninos são incentivados à competição e ao desenvolvimento do raciocínio lógico-abstrato.

Por isso, para a superação desse modelo sexista de educação, faz-se importante o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos que despertem nas crianças e adolescentes – independentemente do gênero – a curiosidade pelo universo do saber e da ciência. Além disso, no contexto social mais amplo, é preciso romper com a divisão sexista do trabalho e das relações humanas,

movimentos e lutas das mulheres. Porém, os feminismos latino-americanos são plurais e independem das teorizações acadêmicas. As experiências vivenciadas pelas mulheres da América Latina, Centro-América e Caribe não são idênticas. Ainda assim, é possível destacar semelhanças nas desigualdades e injustiças historicamente perpetuadas pelas estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas, as quais permitem refletir sobre as múltiplas identidades, necessidades, reivindicações e interesses feministas (Matos, 2010).

incentivando tanto as meninas quanto os meninos a se inserirem nos espaços de poder e de participação social, âmbitos privilegiados para a formação do empoderamento e da ampliação das representatividades.

Considerações Finais

O presente estudo realizou uma exposição crítica das epistemologias feministas, tanto do ponto de vista das suas questões centrais quanto das especificidades do contexto latino-americano – mais especificamente, o brasileiro. Para tal, foram destacadas evidências científicas e reflexões teórico-políticas que denunciam a desproporcionalidade de gênero na ciência e seus impactos na produção do conhecimento.

A pesquisa culminou na problematização da relação de saber-poder desigual entre os países do Norte e do Sul global, especificamente, na produção da ciência. Foi apontada a importância do reconhecimento dos aportes produzidos pelas pesquisadoras feministas, as quais têm dado visibilidade aos saberes pós-coloniais para a compreensão da complexidade humana e de suas relações.

A conquista de um espaço verdadeiramente democrático na agenda acadêmica ainda é um grande desafio, devido à ausência de um lugar social efetivo para produções científicas voltadas para uma perspectiva feminista que discuta as hierarquias patriarcais articuladas ao modo de fazer ciência. Contudo, gradativamente, as perspectivas feministas têm favorecido a ampliação da representatividade da produção científica, no contexto latino-americano, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero em todas as suas amplitudes. Nesse sentido, a Psicologia Social Crítica, na sua perspectiva feminista, tem se mostrado como um arcabouço teórico-metodológico propício a ocupar o lugar de uma ciência que é produzida por e para todas as pessoas.

Desconstruir as opressões impostas às vozes subalternizadas das mulheres pesquisadoras pode ser o caminho para avançar nos processos de descolonização dos saberes e poderes hegemônicos. Para tal, torna-se necessário questionar as percepções e ideologias preconceituosas que dificultam a participação

das mulheres na ciência e na própria gestão das estruturas acadêmicas. Tais posturas preconceituosas são empecilhos para que as próprias mulheres se vejam como cientistas, uma vez que as imagens que são apresentadas ou mesmo impostas às mulheres refletem os papéis estereotipados de gênero compartilhados culturalmente, na mídia, nos livros didáticos, na publicidade e nos próprios espaços científicos. Por isso, é necessário desconstruir as barreiras impostas para meninas e mulheres em diversos âmbitos da sociedade: em casa, na sala de aula e nos locais de trabalho, dentre outros espaços, contribuindo para o questionamento de estereótipos e para reconstrução de novas possibilidades de identificação e de atuação.

Especificamente no campo científico, defende-se a necessidade de reconhecer e intervir na lógica de inferiorização e de opressão do gênero feminino. Tal opressão se encontra calcada em uma hierarquização desencadeada por discursos, valores e práticas hegemônicas que contribuíram para a restrição das mulheres a lugares de subalternidade – inclusive, ou sobretudo – nos lugares de fala, saber e poder, como na ciência.

Referências

- Anzaldúa, G. (2005). La conciencia de la mestiza: Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 704-719. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>
- Ayer, A. J. (1975). *As questões centrais da filosofia*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Ballestrin, L. (2017). Feminismos Subalternos. *Estudos Feministas*, 25(3), 1035-1054. <https://doi.org/10.1590/18066-9584.2017v25n3p1035>
- Bandeira, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 207-228. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020>
- Bolzani, V. S. (2017). Mulheres na ciência: Por que ainda somos tão poucas? *Ciência e Cultura*, 69(4), 56-59. <https://doi.org/10.21800/23177-66602017000400017>
- Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289.
- Brum, C. N., Zuge, S. S., Rangel, R. F., Freitas, H. M. B., & Pieszak, G. M. (2015). Revisão narrativa da literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. In M. R. Lacerda & R. G. S. Costenaro (Eds.), *Metodologias de pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria à prática* (pp. 123-142). Porto Alegre: Moriá.
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – CRP/MG (2015). *Jornal da Psicologia*, 29(1), 1-20.
- Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas* (26), 92-101. <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>
- Curiel, O. (2009, Junho). *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe*. Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxys Y Pensamiento Feinista. Buenos Aires, Argentina.
- Fanon, F. (2010). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, Brasil: Editora UFJF.
- French, S. (2007). *Science: Key Concepts in Philosophy*. London, England: Continuum.
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <https://www.jstor.org/stable/3178066?seq=1>
- Haraway, D. (1989). *Primate visions: Gender, race, and nature in the world of modern Science*. New York, USA: Routledge.
- Harding, S. (1987). *Feminism & methodology*. Bloomington, USA: Indiana University Press.
- Harding, S. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, 1(1), 7-31. <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2012). Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br>
- Jardim, G. S., & Cavas, C. S. T. (2017). Pós-colonialismo e feminismo decolonial:

- Caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo. *Ponto e Vírgula*, 1(22), 73-91. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2017i22p73-91>
- Keller, E. F. (1984). *Reflections on Gender and Science*. New Haven, USA: Yale University Press.
- Kuhn, T. S. (2003). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Brasil: Editora Perspectiva.
- Lima, B. S., Lopes, M. M., & Costa, M. C. (2016). Programa Mulher e Ciência: Breve análise sobre a política de equidade de gênero nas ciências, no Brasil. Resumos de comunicações científicas do XI Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia y Género (pp. 1-20). *San José*, Costa Rica: INIE.
- Lima, A. M., Lino, T. R., Borges, L. S., & Natividade, C. (2019). Epistemologias feministas e ciência psicológica: Notas para uma psicologia social crítica feminista. In A. M. Lima, T. R. Lino, L. F. V. Cardoso, & M. C. Marra. (Eds.), *Psicologia social crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso*. Porto Alegre: Abrapso.
- Lima, A. M. (2020). O lugar social das mulheres na ciência: reflexões a partir das epistemologias feministas. In C. M. Teixeira & L. Kind (Eds.), *Narrativas, mulheres e resistências* (pp. 111-124). São Paulo: Letra e Voz.
- Lhullier, L. A., & Roslindo, J. J. (2013). As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In L. A. Lhullier. (Ed.), *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia, trabalho* (pp. 29-61). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Lino, T. R., & Mayorga, C. (2016). As mulheres como sujeitos da ciência: Uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. *Saúde & Transformação Social*, 7(3), 96-107. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265347623012>
- Longino, H. E. (1990). *Science as social knowledge: Values and objectivity in scientific inquiry*. Princeton, USA: Princeton University Press.
- Longino, H. E. (1999). Feminist Epistemology. In J. Greco, & E. Sosa (Eds.), *Blackwell Guide to Epistemology* (pp. 327-353). Malden: Blackwell.
- Longino, H. E. (2003). Does The Structure of Scientific Revolutions Permit a Feminist Revolution in Science? In N. Thomas (Ed.), *Thomas Kuhn* (pp. 261-281). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), p. 67-92. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>
- Mayorga, C., Coura, A., Miralles, N., & Martins, C. V. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: Colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, 21(2), 463-484. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200003>
- Moss-Racusin, C. A., Dovidio, J. F., Brescoll, V. L., Graham, M. J., & Handelsman, J. (2012). Science faculty's subtle gender biases favor male students. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(41), 16474-16479. <https://doi.org/10.1073/pnas.1211286109>
- National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2018). *Sexual Harassment of Women: Climate, Culture, and Consequences in Academic Sciences, Engineering, and Medicine*. Washington, USA: The National Academies Press.
- Nogueira, C., Neves, S. (2004). Metodologias feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex aequo*, 1(11), 123-138.
- Noronha, D. P., & Ferreira, S. M. S. P. (2000). Revisões de literatura. In B. V. Cendón, J. M. Kremer, & B. S. Campello. (Eds.), *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais* (pp. 191-198). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Nunes, J. A. (2009). O Resgate da Epistemologia. In B. S. Santos, & P. Meneses. (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 215-242). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Oelz, M., Olney, S., & Tomei, M. (2013). *Igualdade Salarial: Um guia introdutório*. Genebra: BIT – Bureau International du Travail.
- Oliva, A. (2003). *Filosofia da ciência*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2018). *Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática*. Brasília, Brasil: UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>
- Popper, K. R. (2013). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Brasil: Cultrix.
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do Poder e Classificação Social. In B. S. Santos, & P. Meneses. (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Rago, L. M. (1998). *Epistemologia feminista, gênero e história - masculino, feminino e plural*. Florianópolis, Brasil: Editora das Mulheres.
- Resende, A. C. Z. (2014). *Direitos e Autonomia indígena no Brasil (1960 – 2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasil.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Santos, B. S., Menezes, M. P. G., & Nunes, J. A. (2005). Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In B. S. Santos (Ed.), *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (pp. 21-122). Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Santos, B. S. (2009). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. S. Santos, & P. Meneses. (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-72). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Santos, M. (2006). *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, (18). <https://doi:10.4000/eces.1533>
- Shansky, R. (2019). Are hormones a “female problem” for animal research?. *Science* 364(6443), 825-826. doi: 10.1126/science.aaw7570
- Spivak, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG, 2010.
- Steinpreis, R. E., Anders, K. A., & Ritzke, D. (1999). The impact of gender on the review of the curricula vitae of job applicants and tenure candidates: A national empirical study. *Sex Roles*, 41(718), 509-528. https://www.igh.cnrs.fr/images/docs/pdf/sex_roles-1999.pdf
- Steup, M. (2018). Epistemology. In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Retrieved January 6, 2020, from <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/epistemology/>
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala.
- Wittig, M. (2006). *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid, España: Egales.
- Yamamoto, O. H., Oliveira, I. F., & Costa, A. L. F. (2013). As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho. In L. A. Lhullier. (Ed.), *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia, trabalho* (pp. 114-132). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Zihlman, A. L. (1981). Women as Shapers of Human Adaptation. In F. Dahlberg (Ed.), *Woman the Gatherer* (pp. 75-120). New Haven, USA: Yale University Press.

Recebido em: 08/11/2020

Reformulado em: 05/07/2021

Aceito em: 10/09/2021

Sobre a autora:

Andréa Moreira Lima

Psicóloga pelo Centro Universitário Newton Paiva. Mestra e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Integrante da Diretoria Ampliada da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO Regional Minas Gerais. Professora do Centro Universitário UNA, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3629-2856>

E-mail: andrea.m.lima10@gmail.com

Contato com a autora:

Rua Geraldo Menezes Soares, 624 – Apt. 501, Bairro Sagrada Família

Belo Horizonte-MG, Brasil

CEP: 31030-440

Telefone: +55 (31) 9 9199-8222